

## Marco de ciência deve ser regulamentado este ano, diz secretário

Por Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

O governo federal deve regulamentar nas próximas semanas o marco legal da ciência e tecnologia, um conjunto de regras que tem como objetivo facilitar a interação entre universidades públicas e empresas na área de pesquisa.

O marco agrada ao setor privado, mas sua regulamentação acontecerá num momento em que universidades e centros de pesquisa estatais padecem com a escassez de recursos em função do severo aperto orçamentário imposto pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB).

O texto do marco foi sancionado pela então presidente Dilma Rousseff (PT) em janeiro de 2016.

"O marco está pronto na Casa Civil e a expectativa é que o presidente Michel Temer o assine até o fim do ano, talvez ainda em novembro", disse ontem ao Valor, Alvaro Prata, secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

"Esta semana teremos uma reunião estratégica com o ministro Gilberto Kassab para combinar a finalização desse processo", disse.

Segundo o secretário, houve muitas idas e vindas nas discussões da equipe do Ministério das Comunicações com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Para Luiz Mello, gerente-executivo de Inovação e Tecnologia da mineradora Vale, o marco ajudará a quebrar a rigidez nas relações entre empresas e universidades: "O marco trará fluidez e segurança jurídica a essa interação."

"A Vale tem mais de 200 parcerias em curso com universidades no Brasil e no exterior, e uma das coisas que incomodam é o tempo que leva para concretizar as parcerias aqui", disse.

Mello é vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei). Ele e Alvaro Prata participam da 16ª Conferência de Inovação da entidade que ocorre em Belo Horizonte.

O dispêndio no Brasil em ciência e tecnologia veio numa trilha ascendente desde 2000, segundo Prata. Naquele ano, somados os valores públicos e privados, o país gastou R\$ 52,3 bilhões na área e, em 2014, atingiu R\$ 103,9 bilhões.

"A partir de 2015, os investimentos começaram a cair e, em 2016, certamente aconteceu uma nova queda e, em 2017, a queda será ainda maior, o que é uma pena", disse

Prata na sua palestra para empresários e executivos que acompanharam a conferência. O declínio acompanhou o período de retração da economia.

A meta no governo Temer é elevar o gasto em pesquisa e desenvolvimento ao equivalente a 2% do Produto Interno Bruto. Em 2005, o gasto representou 1% e chegou a quase 1,3% em 2015, antes de cair no ano passado e em 2017.

Uma das fontes públicas de financiamento para inovação, o BNDES vem registrando uma forte queda em desembolsos. Em 2014, o total de desembolsos do banco foi de R\$ 187,8 bilhões. Neste ano, de janeiro a setembro, foi de R\$ 50 bilhões. Percentualmente, os empréstimos para a área se mantiveram em 4% do total. Mas como o bolo despencou, o valor nominal para inovação seguiu o ritmo.

O presidente da Anpei, Humberto Pereira, vice-presidente de Engenharia e Tecnologia da Embraer, disse que embora mais recursos sejam sempre bem-vindos, o período de bonança econômica não redundou em um avanço notável em pesquisa e desenvolvimento no país. "Nosso problema de fundo é mais estrutural", disse. Uma das dificuldades têm sido, segundo ele, regras que não favorecem a cooperação entre universidade e indústria.

## Câmara aprova Fies após acordo com oposição

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília



O relator Alex Canziani, que fez mudanças no parecer aprovado por comissão mista.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 255 votos a 105, a medida provisória (MP) que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Com dificuldade para votar por causa do baixo quórum em decorrência do feriado, o governo aceitou incluir no projeto emendas do PT, o que viabilizou a aprovação. O texto tem que passar pelo Senado até o dia 17 ou perderá a validade.

Com aval do ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), o relator da MP, deputado Alex Canziani (PTB-PR), fez mudanças no parecer aprovado pela comissão mista: não será permitido o uso do FGTS para pagar o Fies (o relatório autorizava); será criado um Refis para os inadimplentes até 31 de abril; e caiu artigo que impedia novos aportes do Tesouro no fundo garantidor, que terá até R\$ 3 bilhões da União.

Também saiu do parecer a possibilidade de conceder bolsas de estudo do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) a cursos de ensino a distância. O relator tentou, a pedido das universidades, permitir até o uso do Fies para educação a distância, mas houve resistência na própria base do governo a essas autorizações, que acabaram excluídas da MP.

Contrária as mudanças, a oposição (PDT, PCdoB e Psol) tentou impedir a votação com requerimentos de obstrução. Mas, no fim, aceitou acordo para aprovar a MP. Um dos pontos negociados foi o "Refis do Fies", que permitirá parcelar dívidas vencidas até abril em 15 anos e com desconto nos encargos contratuais que variam de 20% a 50%, a depender do prazo de refinanciamento. Para aderir, será necessário pagar 20% do total do débito. A aplicação, porém, dependerá da vontade do governo porque a emenda previa a adesão até setembro, prazo que já expirou.

Com o discurso de que bilionário volume de financiamentos no governo do PT se tornou inviável diante da crise fiscal e da alta inadimplência do programa, de quase 50%, a MP reformula o Fies, que será dividido em três modalidades e terá o risco dividido com universidades e bancos.

A primeira, voltada para alunos com renda per capita familiar de até

três salários mínimos, terá taxa de juros zero, com apenas correção monetária. Após formado, o trabalhador poderá ter descontado até 20% do salário para quitar o empréstimo. O PCdoB criticou a falta de um prazo de carência para iniciar as cobranças - hoje é de 18 meses. Nessa modalidade, o risco de inadimplência seria compartilhado entre o governo e as universidades, que teriam que aportar recursos no fundo garantidor.

Na segunda modalidade, o programa terá como fonte de financiamento os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e será destinado a alunos com renda de até cinco salários mínimos. A terceira opção, voltada para a mesma faixa de renda, permitirá, além dos fundos constitucionais, usar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O risco para concessão do empréstimo será dos bancos nas duas últimas modalidades e os juros serão "baixos", nas palavras do governo. O valor exato será negociado entre "o agente financeiro, a instituição de ensino e o estudante", seguindo critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central. A oposição criticou que isso jogará os juros, hoje em 6,5% nominais, para as taxas de mercado.

## **Venda da Eletrobras incluirá solução para Angra 3, diz secretário**

Por Rodrigo Polito | Do Rio

A modelagem da privatização do controle da Eletrobras, em elaboração pelo governo e que deve ser lançada nas próximas semanas em forma de medida provisória, contemplará uma solução para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas há pouco mais de dois anos. Segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, mesmo com a inclusão de uma solução para a conclusão do empreendimento, os ativos de geração de energia nuclear não farão parte da privatização da companhia elétrica.

"Esperamos que, nesse processo de privatização, Angra e o projeto nuclear [brasileiro] precisarão ser segregados. E esse processo de segregação pode nos permitir uma solução para Angra 3", afirmou Pedrosa, durante participação em seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

"Temos que buscar uma solução para Angra [a retomada das obras de Angra 3] que tenha viés de eficiência", completou o secretário-executivo, destacando que a Eletrobras já começou a pagar pelo financiamento da construção da

usina, mesmo sem o empreendimento ter iniciado a operação até o momento.

Com 67% das obras concluídas, Angra 3 ainda demanda investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões para ser concluída. A Eletrobras já investiu R\$ 8,5 bilhões no empreendimento, cuja capacidade instalada prevista é de 1.405 megawatts (MW), situado no litoral sul do Estado do Rio. As obras estão paralisadas desde setembro de 2015, por falta de pagamento a fornecedores e prestadores de serviços e por investigações internas em contratos relativos ao empreendimento.

Com relação à modelagem da privatização do controle da Eletrobras, Pedrosa contou que fechou na segunda-feira com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, o texto da medida provisória sobre o tema. A ideia é que o documento seja levado na próxima semana para discussão entre os ministros de Minas e Energia, Fazenda e Planejamento. Na segunda-feira, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, comentou sobre a possibilidade de mostrar o documento para o presidente Michel Temer ainda nesta semana.

Segundo Pedrosa, a expectativa de entrada nos cofres públicos de recursos com a venda do controle da Eletrobras subiu de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 12 bilhões. A fórmula, porém, permanece a mesma, ou seja, será feita uma chamada de capital na qual a União vai se desfazer de sua participação no capital da Eletrobras no tamanho da necessidade de recursos necessários para fazer a descotização das usinas antigas que operam sob o regime estipulado na MP 579/2012. Ao fim desse processo, se a União permanecer majoritária na empresa, será feita uma oferta secundária na proporção de ações que dilua o Estado a menos de 50% do capital da companhia.

Ao fim do processo, o objetivo é que seja criada uma corporação, em que nenhum dos sócios será majoritário na companhia. Ainda não está batido o martelo, mas a intenção do governo é limitar a participação de cada investidor na companhia em 10% do capital da empresa. Além disso, está previsto um mecanismo que obrigue os novos sócios da Eletrobras a buscar incluir a companhia no Novo Mercado, segmento de mais alto nível de governança corporativa da B3, após a privatização.

## **Hora da Previdência é agora, diz Meirelles a parlamentares**

Por Fabio Graner e Vandson Lima | De São Paulo

Dentro do esforço para ainda tentar aprovar a reforma da Previdência no Congresso, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que tem afirmado aos parlamentares que o melhor momento para fazer isso é agora, porque, se têm perspectiva de estar no poder em 2019, o tema terá que ser enfrentado logo no primeiro ano de governo, caso não o seja agora. Ele voltou a enfatizar a necessidade de reforma para contenção dos gastos obrigatórios e abertura de espaço para se poder investir mais e a longo prazo reduzir tributos.

"Digo para parlamentares que a melhor coisa para seu grupo político é ter reforma da Previdência aprovada agora", afirmou. O ministro rebateu as teses de que não há déficit na Previdência dizendo que a questão "não é de opinião". "Temos avaliações de órgãos internacionais, como a OCDE, que concluem pelo déficit da Previdência".

Meirelles também disse acreditar que há tempo para aprovação da reforma da Previdência neste ano. E ressaltou que é preciso ver de que tipo será um eventual redução do seu tamanho e que é preciso considerar os números e uma eventual necessidade de medidas adicionais. Ele lembrou que a proposta original tinha impacto de pouco menos de R\$ 700 bilhões em 10 anos e que isto foi reduzido em 75% no texto aprovado na comissão especial da Câmara.

Ele reforçou que o governo tem a expectativa de que, com a agenda de reformas, haja uma "uma redução do juro real estrutural da economia brasileira" e aumento na produtividade. "Isso depende da consolidação fiscal e da trajetória da dívida pública. Importante também é que inflação continue baixa, para que os juros baixem de maneira sólida e sustentável".

Embora tenha reconhecido que em tese o governo teria poder para elevar mais o salário mínimo, Meirelles alinhou-se com o ministro

do Planejamento, Dyogo de Oliveira, na defesa do uso estrito da fórmula de cálculo do reajuste do piso do país. "O salário mínimo é calculado por lei e o que mede a inflação para isso é o INPC, que está menor que o IPCA", afirmou.

Ele afirmou que o governo do presidente Michel Temer não promoverá novos Refis, cujo prazo de adesão foi novamente adiado, para 14 de novembro e cuja expectativa de arrecadação é de pouco mais de R\$ 7 bilhões, em termos líquidos. "Não haverá novos Refis neste governo", garantiu. "O Refis vai ajudar empresas devedoras a voltarem a operar", apontou.

O ministro reiterou o compromisso com a nova meta fiscal de déficit de R\$ 159 bilhões neste ano e disse que está havendo um resgate do conceito da dívida líquida, que tinha perdido relevância. "Com o grande aumento das operações com BNDES, conceito de dívida líquida tinha perdido relevância. Dívida líquida é conceito importante, estamos resgatando junto ao BC





conceito de dívida líquida de reservas", afirmou, mencionando que há estudos sobre o assunto em andamento.

Mantido o teto de gastos, a Fazenda calculou que deve haver decréscimo gradual do déficit e um superávit primário ocorrerá em 2021. Além disso, um superávit primário de 2,4% do PIB estaria no horizonte para 2026.

O ministro comentou que acredita que os anos de 2018, 19 e 2020 serão de surpresas positivas na economia. E apontou que, com ciclo normal de crescimento, avalia que deveriam "deixar vencer as desonerações [existentes] e discutir outras existentes".

Muito questionado pelos senadores de esquerda sobre uma suposta carência da questão social

em seu discurso, Meirelles negou que o governo tenha qualquer intenção de diminuir o dispêndio com programas sociais como o Bolsa Família. Segundo ele, as reduções ocorreram porque o governo identificou uma série de fraudes recentemente. "Retirada de pessoas do Bolsa Família ocorreram por conta de auditorias realizadas, decorrência de descontrole que existiu. Não há política de diminuir o que se dispense no Bolsa Família e não se pensou em fazer ajuste em programas sociais, pelo contrário", garantiu.

Ele voltou a afirmar que existe a possibilidade de que o crescimento no ano que vem "seja maior do que os analistas estão dizendo, de 2,5%". Disse que, à medida que capacidade ociosa vai sendo esgotada, "a tendência é que investimentos tenham desempenho superior ao do

consumo".

Destacou também que a demanda final na economia (que exclui do PIB as exportações líquidas e os estoques já retornou ao território positivo, o que não ocorria desde o quarto trimestre de 2014. "Pelo conceito de demanda final, que exclui exportações líquidas e estoques, já estamos em trajetória de recuperação firme", disse.

O ministro destacou ainda o "aumento forte" da população ocupada, de 90 para mais de 91 milhões de pessoas. "A massa salarial real está subindo gradualmente, como reflexo da melhora da economia", afirmou. Meirelles ressaltou ainda que o preço da cesta básica comparada com a renda está caindo desde setembro de 2016.

## Devolução ao Tesouro contém dívida, afirma secretária

Por Fabio Graner e Fábio Pupo  
| De Brasília

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, defendeu a estratégia de devolução de recursos do BNDES à União e afirmou que a medida gera uma redução de 5,3 pontos percentuais da dívida bruta em relação ao PIB ante a trajetória dos próximos 10 anos que ela teria sem os recursos. A conta considera os retornos já realizados e mais os R\$ 130 bilhões que o Tesouro pleiteia, sob protestos da atual direção do banco, para o ano que vem. Nesse cenário, a dívida não ultrapassaria os 80% do PIB, diferente do publicada no divulgação do orçamento revisado.

Em seminário sobre o tema dos subsídios no Tribunal de Contas da União, Ana Paula também defendeu a nova Taxa de Longo Prazo (TLP), que, para ela, será um marco no mercado de crédito e ainda ajudará a conter a dívida.

Disse também que o governo está discutindo a questão dos fundos constitucionais e a possibilidade de uso da TLP nos créditos não rurais concedidos por eles, bem como a possibilidade de redução gradual da taxa de administração e um bônus

adimplência de até 20% da taxa de administração para incentivar o banco administrador a reduzir perdas na concessão de financiamento com dinheiro desses fundos. A secretária informou ainda que o governo estuda melhorias no instrumento de seguro rural para mitigar o principal problema que é a inadimplência nos recursos do plano Safra.

Ela destacou que a soma dos subsídios e gastos tributários ficou em torno de 6% do PIB nos últimos dois anos, bem acima do verificado em períodos passados, como os 2,4% do PIB verificados em 2003. Para ela, é preciso avançar na análise desse tipo de gasto e, para tanto, foi criado um comitê para isso no âmbito da Fazenda, mas com participação de outras áreas do governo.

No mesmo evento do TCU, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a redução dos subsídios está entre as principais políticas econômicas do governo. Ele criticou a criação de medidas com caráter de subsídios feitas pelo governo anterior, como a desoneração da folha de pagamento. Segundo Meirelles, a intenção era a geração de empregos - mas, em vez disso, houve redução do emprego diante da incerteza dos agentes econômicos com o quadro das

finanças públicas.

Alguns tons acima, o secretário de Política Econômica da pasta, Fabio Kanczuk, afirmou que a desoneração da folha foi "uma droga de projeto" por ser muito cara e gerar pouco retorno ao Estado. "Então eu gastei R\$ 20 bilhões e ganhei R\$ 3 bilhões. Uma droga de projeto. Não tem muito papo, é ruim", disse.

Ana Paula chamou atenção para a necessidade de permanente avaliação dos programas. E explicou que uma simples comparação pode provocar avaliações mais qualificadas. Ela apresentou um quadro comparando o Simples e a Zona Franca de Manaus, mostrando que o primeiro gera um gasto muito menor por emprego gerado do que o segundo. Comparou também os custos do Prouni e do Fies, programas que atingem públicos semelhantes, mas no qual o segundo custa três vezes mais que o primeiro. E o custo da desoneração da folha que por emprego custa o triplo do salário do Caged. Ela ressaltou que os quadros não eram avaliações sobre os programas, mas sim indícios que provocam a necessidade delas serem feitas.

## TCU: atraso do governo Temer ajuda empresa do grupo Rodrimar



**Apuração.** Vista aérea do Porto de Santos: empresa Pérola, vinculada ao grupo Rodrimar, continua operando sem licitação

Processo investiga demora em licitação de terminal no Porto de Santos

VINICIUS SASSINE

-BRASÍLIA- O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou que o governo do presidente Michel Temer vem atrasando uma licitação para exploração de um terminal no Porto de Santos e que isso beneficia uma empresa do grupo Rodrimar, que opera na área. A demora em licitar o uso de dois armazéns e de um terminal no porto pode, inclusive, levar à responsabilização dos agentes públicos envolvidos no atraso, segundo o TCU.

Desde setembro, Temer é investigado no Supremo Tribunal

Federal (STF) por suspeita de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, num inquérito que apura se um decreto presidencial de 2017 beneficiou a Rodrimar. Na segunda-feira, em entrevista por telefone ao GLOBO, Temer disse não estar preocupado com o inquérito.

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil informou ao TCU que não há obstáculos à licitação da área explorada pela Pérola, empresa formada pela Eurobras, que é do grupo Rodrimar; PCS Fosfatos do Brasil e UltraBulk. Segundo a informação repassada ao tribunal, a concorrência para uso dos armazéns e do terminal no Porto de Santos é uma prioridade do ministério e do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), responsável

por privatizações do governo federal.

Mesmo assim, informações do processo do TCU apontam para a publicação do edital somente em 25 de julho de 2018, com assinatura de contrato em fevereiro de 2019, conforme previsão da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), estatal do governo. A Pérola continua operando na área, sem licitação.

No mesmo processo, em monitoramento sobre determinações feitas em anos anteriores, o TCU constatou que o governo Temer demorou a discutir a assinatura de um contrato de transição com a empresa do grupo Rodrimar. Mesmo com o documento extinto em 2014, a Pérola continuou a operar no terminal de granéis no porto, sem o contrato permitido por resolução da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

“DEMORA É GRAVE”

Segundo o TCU, depois de uma disputa judicial, o governo já poderia ter assinado o contrato de transição desde novembro de 2016 — medidas nesse sentido só começaram a ser adotadas em julho deste ano. O contrato foi assinado com a Companhia Docas de São Paulo (Codesp) no último dia 18, para uma movimentação mínima de 41,6 mil toneladas de carga por mês, durante 180 dias.





O valor do contrato é de R\$ 931 mil. “Considero grave a demora do poder público em formalizar o contrato de transição com a Pérola. (...) No período, a sociedade empresária continuou exercendo suas atividades de forma precária”, disse o ministro Bruno Dantas, relator do processo no TCU, que determinou, na segunda-feira, inspeção no Ministério dos Transportes e na Antaq para analisar por que não houve “imediate licitação da área”.

“Mais grave ainda é a extensão da demora na realização da licitação”, continuou o ministro. “Não se pode olvidar que o mero transcurso desse prazo, sem a devida urgência que o caso mereceria, está possibilitando que a arrendatária obtenha, na prática, o que pleiteia administrativa e judicialmente.”

Por meio de assessoria, o grupo Rodrimar limitou-se a dizer que “a Eurobras, uma empresa do grupo Rodrimar, não responde administrativamente pela Pérola, da qual é operadora portuária e sócia minoritária”. A reportagem deixou recados na sede da Pérola, no Porto de Santos, e não houve retorno.

Em nota, o Ministério dos Transportes afirmou que a Empresa de Planejamento e Logística “está fazendo os estudos de atualização exigidos no processo licitatório” e que os terminais devem ser licitados em

2018. Segundo a pasta, a Pérola operou sem exclusividade entre janeiro e outubro.

O ministério disse que sua competência é somente a estruturação dos processos licitatórios. “No caso específico dos armazéns XII e XVII, a autoridade portuária responsável é a Codesp.

O contrato de operação desses armazéns vigorou até janeiro deste ano, amparado por liminar em primeira instância concedida pela Justiça Federal. Em outubro, a empresa assinou um contrato de transição, evitando, assim, prejuízos da prestação do serviço”, disse na nota.

#### PÉROLA E CODESP “INSTADAS”

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários afirmou que a decisão sobre qual área deve ser licitada cabe ao ministério — a agência faz a licitação depois da decisão tomada: “O governo, por meio do PPI, realiza reuniões para aferir a maturidade dos projetos para serem licitados”.

A agência afirma ter “instado” Pérola e Codesp a assinarem contrato de transição após janeiro deste ano, quando caiu a decisão em primeira instância que recompunha o prazo contratual.



## A ciência não espera o Brasil

MARCOS CINTRA

Investir em ciência, tecnologia e inovação é fundamental para o desenvolvimento econômico. Não há dúvidas que, em meio à crise, o ajuste fiscal é necessário: porém, conforme fica claro no editorial "Ciência à míngua", publicado em 14 de agosto nesta Folha, é essencial que ambos caminhem juntos. Do contrário, o resultado será a estagnação de setores estratégicos, fundamentais para a economia.

É preciso rever a ideia de cortes lineares, prejudicando diretamente tais segmentos. Estudos recentes mostram que o retorno social dos gastos em áreas como ciência e tecnologia supera o de todas as outras.

Assim como saúde e educação, pesquisa e desenvolvimento são cruciais para o futuro do país. A necessidade de reduzir despesas é inegável, assim como a importância de se fazer escolhas entre as áreas a serem afetadas.

O orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ao qual a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) é vinculada, é o menor desde o início do século.

Descontada a inflação, o valor autorizado para 2017, de R\$ 3,2 bilhões, corresponde a apenas 37% do disponibilizado em 2010. Inserido no orçamento do MCTIC está o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tem a Finep como secretaria-executiva e é historicamente a principal fonte de recursos para financiamento de pesquisas tecnológicas no Brasil.

O orçamento do Fundo, que já chegou a R\$ 4 bilhões em anos anteriores, foi reduzido a R\$ 1,2 bilhão este ano —sendo que o limite de execução autorizado é de metade deste total (cerca de R\$ 630 milhões).

Uma das alternativas para retomarmos as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é a transformação do FNDCT — hoje fundo contábil— em fundo financeiro, de modo que seus valores, quando contingenciados, sejam capitalizados para usos futuros em ciência e tecnologia. Hoje eles são apropriados pelo Tesouro Nacional e utilizados para o pagamento da dívida pública e para o superávit fiscal.

Se essa medida tivesse sido implantada há 15 anos, com todos os contingenciamentos ocorridos nesse período, o FNDCT teria hoje um saldo acumulado de R\$ 45 bilhões.

A Finep propôs uma mudança na lei que regula o Fundo, na tentativa de amenizar os graves impactos da crise sobre os investimentos públicos em pesquisa.

Atualmente, a Finep tem recursos para pagar os projetos de inovação já assinados no passado, mas não consegue investir em novos.

Como parte desse esforço, o MCTIC enviou recentemente à Casa Civil uma proposta que, se aprovada, faria o FNDCT começar 2018 já com R\$ 9 bilhões em patrimônio e, até 2030, acumular R\$ 50 bilhões, tornando-se, assim, uma fonte de investimentos em pesquisa totalmente autossustentável.

Com recursos do FNDCT, foi possível apoiar projetos estruturantes para o país, como o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)—no qual a Finep já investiu R\$ 148 milhões—, que dará ao Brasil autonomia em radiofármacos; o





Projeto Sirius de Luz Síncroton, que recebeu R\$ 314 milhões da Finep e permitirá pesquisas de alto nível em temas como agronegócio, saúde, energias alternativas e novos materiais; e a infraestrutura de teste de propulsores de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que contou com um aporte de R\$ 6,3 milhões da Finep.

O tempo é precioso quando se fala de ciência e tecnologia. O investimento constante é necessário para que não nos afastemos da fronteira do conhecimento, independente do momento atual. Parar agora é ficar para trás. E o futuro não irá esperar pelo Brasil.

MARCOS CINTRA é doutor em economia pela Universidade Harvard (EUA) e professor titular da Fundação Getulio Vargas. É presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)

## O rebaixamento do debate público da cultura

MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO E MAURICIO DANTAS

Em entrevista a esta Folha (24/10), o secretário de Cultura do prefeito João Doria (PSDB), André Sturm, tenta justificar seus inúmeros conflitos com o setor cultural acusando a gestão anterior (Fernando Haddad) de aparelhamento político e de ter como foco apenas os coletivos artísticos e não o cidadão e a relação com a sociedade.

"Havia um aparelhamento. Ao assumir, troquei poucos cargos [...] Em fevereiro tive de exonerar um monte de gente. Ficavam boicotando. O interesse não era a cultura, mas a política. Havia um jogo do contra [...] O que acho mais crítico é que a secretaria tem de ter o cidadão como foco principal. O foco tem de ser a relação com a sociedade [...] Na gestão passada, não havia essa preocupação. O foco era a relação com os coletivos artísticos", disse Sturm.

O "Diário Oficial" desmente o secretário. Por solicitação da gestão Doria, 58 funcionários comissionados da secretaria — a maioria dos coordenadores, dos diretores de departamentos, dos coordenadores de casas de cultura, além de alguns funcionários

administrativos — foram exonerados (Diário Oficial, 31/12/2016), iniciando um desmonte da Secretaria de Cultura.

A decisão surpreendeu, pois, até então, a transição transcorria com total colaboração da nossa gestão.

O secretário havia manifestado a intenção de dar continuidade ao trabalho exitoso realizado pela secretaria, cuja equipe, altamente qualificada, se formou ao longo de décadas, atravessando gestões de diferentes partidos, a maioria sem qualquer relação com o PT.

Nunca existiu aparelhamento na Secretaria de Cultura. Talvez o secretário confunda procedimentos administrativos complexos, que são obedecidos pelos funcionários, com boicote.

A equipe foi reduzida de 2.100 funcionários (2007) para 1.600 (2016). Com muito esforço e racionalização administrativa conduzidos pela gestão passada, foi possível, no entanto, dar conta do enorme crescimento dos programas e atividades culturais.

No fomento às linguagens

artísticas e cidadania cultural, entre 2012 e 2016, o orçamento elevou-se de R\$ 36,7 milhões para R\$ 76,24 milhões, sendo que só para a cultura periférica o aumento foi de R\$ 3,8 milhões para R\$ 17,6 milhões.

Mas a gestão Haddad nunca deixou de atender às demandas dos cidadãos e da sociedade, como demonstrou a pesquisa Ibope/Nossa SP, que apontou a área cultural do município como a mais bem avaliada pela população em 2016.

Após dez meses de gestão, em vez de atacar, o secretário deveria enfrentar as atuais dificuldades, em boa parte criadas pelo prefeito ou por ele mesmo.

Entre os problemas estão o contingenciamento de 43% do orçamento da cultura (anunciado em janeiro, que foi o estopim do descontentamento dos coletivos); o apagamento de grafites; a paralisação ou alteração de programas em meio a processos seletivos; a interferência nas comissões de seleção idôneas; e a ausência de diálogo ou arrogância no trato com funcionários da secretaria e artistas.

São essas as questões, e não o





aparelhamento e a partidarização, que explicam as manifestações de descontentamento do setor cultural, em especial da cultura periférica, com a secretaria.

MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO foi secretária de Cultura de São Paulo (2016, gestão Haddad)

MAURICIO DANTAS foi secretário-adjunto de Cultura de São Paulo (2016, gestão Haddad)

## FUNCIONALISMO »

# Medida Provisória pode reduzir renda de servidor



Manifestação de servidores na Câmara Legislativa contra mudança na previdência do DF: funcionários do Executivo local vão se unir a colegas da esfera federal para pressionar Congresso

*A MP 805, editada ontem pelo presidente Michel Temer, aumentou de 11% para 14% a alíquota de contribuição previdenciária. Já em vigor, texto atinge funcionários públicos do Governo do Distrito Federal. Câmara Legislativa terá que debater uma regulamentação local*

» HELENA MADER  
» ANA VIRIATO

A Medida Provisória 805, editada ontem pelo presidente Michel Temer, deve causar um grande impacto no funcionalismo público do Distrito Federal. O texto, que já entrou em vigor e será

analisado pelo Congresso Nacional, aumenta a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14%, para valores acima de R\$ 5.531,31. Como as alíquotas cobradas dos servidores ativos dos estados e do DF não podem ser inferiores às de funcionários públicos da União, o percentual descontado dos contracheques distritais também vai aumentar — e, com isso, os salários líquidos dos trabalhadores vão cair. Os cofres do GDF também vão ser atingidos, pois a contribuição patronal subirá de 22% para 28%.

A novidade provocou muita reação entre o funcionalismo público do DF, já que a maioria das categorias está sem aumento há três

anos. Os servidores pretendem se mobilizar, com trabalhadores do governo federal, para pressionar o Congresso Nacional a derrubar a MP 805. A Câmara Legislativa terá ainda que debater uma regulamentação local, cujos moldes serão definidos pela Secretaria de Previdência Social do governo federal.

O projeto de lei do Executivo local que tramitou na Câmara Legislativa em setembro para reformular a previdência do Distrito Federal previa uma vinculação expressa entre as alíquotas previdenciárias do GDF e da União. O Artigo 60 determinava que a contribuição dos servidores ativos fosse cobrada sempre nos mesmos percentuais fixados pela União para os funcionários públicos federais. Mas uma emenda supressiva, apresentada por integrantes da base aliada do governador Rodrigo Rollemberg, retirou esse trecho da redação final da proposta de reformulação da previdência.

Isso, porém, não impede uma vinculação entre as cobranças. A Lei Federal nº 9.717/1998, que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios, define que as alíquotas locais não podem ser inferiores às





cobradas pelo governo federal. O Artigo 125 da Lei Orgânica do DF também impõe a mesma regra.

#### Queda na renda

Os funcionários públicos do DF, que já estão insatisfeitos com o governo por causa do adiamento do repasse dos reajustes, agora se indignaram com a perspectiva de uma queda real no salário. O presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias e Empresas Públicas do DF, André Luiz da Conceição, diz que a edição da MP 805 será “catastrófica” para o funcionalismo local. “Na época do debate da lei que reformulou a previdência do Distrito Federal, os sindicatos já alertavam para o risco de isso acontecer. Só não imaginávamos que seria em tão pouco tempo”, lamenta André.

Para o representante dos trabalhadores do governo distrital, é preciso que haja uma mobilização contra a medida provisória. “Os servidores já estão sem reajuste. Ter um desconto como esse do salário será um prejuízo inaceitável e esperamos que o governador Rollemberg possa articular uma solução junto à Câmara Legislativa”, afirmou André Luiz.

Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Rosilene Correia afirma que os efeitos da MP 805 serão graves para a categoria. “Depois de três anos sem aumento, agora corremos o risco de uma redução de salário. Essa é mais uma etapa do que a gente tem



Plenário do Tribunal de Contas do DF: Iprev tem 15 dias para prestar esclarecimentos sobre junção dos fundos de contribuição do funcionalismo

chamado de golpe contra a classe trabalhadora, é um projeto de destruição de direitos”, reclama Rosilene. Os servidores do DF se articulam com funcionários públicos da União para uma grande paralisação no próximo dia 10. Além da MP 805, os trabalhadores também vão questionar o projeto de lei de reforma da previdência nacional.

O debate sobre a MP 805 e outras propostas relacionadas ao ajuste fiscal deve dividir o Congresso Nacional. Um dos apoiadores do governo Temer, o deputado federal do DF Rogério Rosso (PSD) é contra a iniciativa. “Mesmo sendo um parlamentar da base, me posiciono contra essas medidas provisórias, porque acho que aquilo que foi conquistado por direito não pode ser retirado”, justificou o parlamentar governista.

#### Para saber mais

#### **Categorias atingidas**

Além de aumentar a alíquota previdenciária de 11% para 14%, a Medida Provisória 805 adia de 2018 para 2019 os reajustes salariais de servidores públicos da União. Segundo o Ministério do Planejamento, a suspensão do repasse dos reajustes atinge categorias mais bem remuneradas do funcionalismo federal, que já haviam fechado anteriormente acordos de aumentos para um período de quatro anos. Entre os atingidos pela MP 805 que podem ficar sem revisão dos contracheques estão médicos, diplomatas, integrantes de carreiras jurídicas e de gestão governamental, policiais federais e funcionários da Receita Federal.

## Obrigação por lei federal

Em nota, o GDF informou que, como está em vigor uma nova alíquota para os servidores da União, o Distrito Federal precisará adequar seu percentual de contribui o previdenciária para se equiparar ao da União. Ainda segundo o governo, isso será feito por meio de uma lei a ser aprovada na Câmara Legislativa. “Destaca-se que não se trata de uma op o política do GDF. O aumento da alíquota é obrigatório por lei federal e pela Lei Orgânica”, detalhou, em nota, o Palácio do Buriti. Ainda segundo o GDF, não foi possível estimar o impacto da medida, nem há defini o de como as novas regras serão implantadas na capital federal, isto é, se as alíquotas aumentarão de forma progressiva ou não, como aconteceu na União.

A Secretaria de Previdência Social,  rg o federal que trata de temas ligados à aposentadoria e pensão, também se manifestou por

nota. O documento, assinado pelo subsecretário dos Regimes Próprios, Naron Nogueira, informou que a União divulgará “nos próximos dias” uma nota sobre os procedimentos a serem adotados nos estados, municípios e no DF, para adequa o de alíquotas.

O imbróglio sobre a união dos fundos de contribui o do funcionalismo persiste mesmo após a san o da reforma previdenciária da capital, no último dia 3. Por unanimidade, o Tribunal de Contas do DF decidiu, ontem, que o Instituto de Previdência dos Servidores (Iprev) preste, em 15 dias, esclarecimentos sobre a legalidade da jun o dos caixas — o financeiro, com previsão de deficit de R\$ 3,4 bilhões até o fim do ano e o capitalizado, com patrim nio estimado em R\$ 5,4 bilhões. Se a Corte identificar a ilegalidade da unifica o, a medida adotada pelo GDF pode ser revertida.

## TRABALHO »

### Atividade informal eleva taxa de ocupação no país

*No trimestre encerrado em setembro, 91,2 milhões de pessoas exerciam alguma função no mercado, uma alta de 1,2% ante os três meses anteriores. Massa de rendimentos subiu R\$ 2,7 bilhões no período, alcançando R\$ 188,1 bilhões*

» HAMILTON FERRARI  
ESPECIAL PARA O CORREIO



Flávia Alves vendia cosméticos por conta própria, até agosto, quando foi contratada por um salão de beleza

O mercado de trabalho dá mostras de recuperação no terceiro trimestre por meio de vagas informais. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve aumento de 1,2% no número de pessoas ocupadas no período em comparação com os três meses anteriores, chegando a 91,2 milhões. Trabalhos por conta própria cresceram 1,8% e postos sem

carteira de trabalho subiram 2,7% no período.

Em comparação com o ano passado, a taxa de ocupação subiu 1,6%, com 1,5 milhão de exercícios profissionais a mais. O índice está ligado à diminuição do número de desocupados, que chegou a 12,4%, após cair 0,6 ponto percentual. Com isso, a população sem qualquer tipo de atividade diminuiu em 524 mil pessoas, alcançando 13 milhões de pessoas no total.

O emprego por conta própria chegou a 22,9 milhões no terceiro trimestre deste ano, saindo de 21,8 milhões no mesmo período de 2016. Já os empregos sem carteira assinada subiram de 10,6 milhões para 10,9 milhões no mesmo período de contratação. Com dificuldades em encontrar um emprego regular, a recepcionista Flávia Alves, 24 anos, precisou recorrer ao trabalho por conta própria para conseguir ajudar nas despesas da casa. “Comecei a vender produtos de beleza. Foi o único meio que encontrei, porque fiquei desesperada. Não encontrava trabalho fixo”, contou.

Há dois meses, no entanto, ela percorreu a contramão do mercado: deixou a informalidade. Encontrou um emprego com carteira assinada. A recepcionista foi convidada por uma amiga para trabalhar um salão de beleza. “Já conhecia a dona do estabelecimento, então, quando

surgiu a vaga, ela me ofereceu. E, claro, eu aceitei”, comemorou Flávia.

A maioria das pessoas, entretanto, tem dificuldade de voltar ao mercado formal. Nos últimos três anos, o Brasil perdeu 3,4 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Só de 2016 para 2017, foram quase 1 milhão, segundo o IBGE, saindo de 34,1 milhões de postos para 33,3 milhões. Este número se manteve estável nos últimos seis meses.

O economista da Tendências Consultoria Thiago Xavier atesta aumento do número de ocupados no país, mas questiona: quando retomaremos a criação de empregos regulares. “Apesar de fraco, conseguimos ver evolução nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Está melhor que em relação a 2015 e 2016. A questão é saber em que velocidade e qualidade a taxa de ocupação vai aumentar. A tendência é que, com o crescimento econômico, o número de empregos formais aumente”, alegou.

#### Vagas formais

Por enquanto, a dificuldade de achar vagas com carteira assinada acontece, principalmente, para quem não tem experiência. É o caso da advogada Ana Luíza Silva, 23 anos, formada há um ano. Segundo ela, a pressão aumenta com a necessidade







de se pagar contas e sair da faculdade com um emprego em mãos. “É muito frustrante e desesperador estar nessa procura e não conseguir um trabalho”, lamentou.

A jovem busca uma renda fixa há, pelo menos, quatro meses. Ana Luíza disse que aceita emprego mesmo que não seja na área que se formou, porque precisa ajudar nas contas da casa. “Aceito qualquer trabalho que pague razoavelmente bem, preciso ajudar minha mãe e uma irmã”, afirmou.

Para Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a criação de vagas formais é importante não só para garantir melhorias e benefícios trabalhistas, como também para permitir a tomada de crédito. “Além de tudo, há a estabilidade, que permite que a pessoa faça um curso, reforme a casa. Esses empregos dão esse acesso às pessoas. Sem a carteira assinada, o trabalhador fica mais comedido”, avaliou.

Segundo o IBGE, a massa de rendimento real cresceu 1,4% no trimestre terminado em setembro deste ano, frente aos três meses anteriores. O volume alcançou R\$ 188,1 bilhões, com alta de R\$ 2,7 bilhões no período. O rendimento médio real teve uma leve elevação: passou de R\$ 2.065 para R\$ 2.115 do segundo trimestre para o terceiro. Em relação aos três meses terminados em setembro de 2016, a alta foi de R\$ 50.

Na visão de Thiago Xavier, a tendência é que o valor da renda média mensal diminua com a criação dos empregos. “O rendimento dá sinais de que vai perder o fôlego, porque agora os reajustes serão dados pela inflação deste ano, que está baixa. Além disso, estão se inserindo pessoas informais na taxa de ocupação, que, normalmente, tem menor renda, ajudando que o valor seja atenuado”, apontou. (colaborou Adriana Botelho, estagiária)





## Atividade em alta

A taxa de desocupação vem caindo, mas, por enquanto, os empregos de carteira assinada não registram melhora

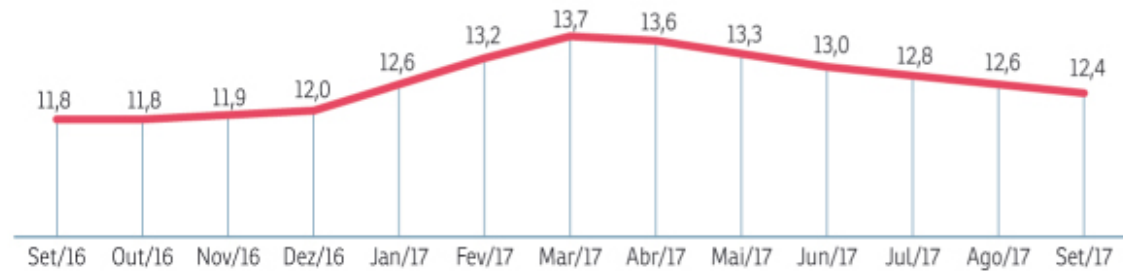
### Informalidade

Ocupação aumenta em vagas informais e atividades por conta própria

|  | 3º trimestre (2016) | 3º trimestre (2017) | 2º trimestre (2017) |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| População desocupada (em milhões)          | 13                  | 13,9                | 13,5                |
| População ocupada (em milhões)             | 91,2                | 89,8                | 90,2                |
| Emprego com carteira assinada (em milhões) | 33,3                | 33,3                | 34,1                |
| Emprego sem carteira assinada (em milhões) | 10,9                | 10,2                | 10,6                |
| Trabalhador doméstico (em milhões)         | 6,1                 | 6,1                 | 6,1                 |
| Emprego por conta própria (em milhões)     | 22,9                | 22,5                | 21,8                |
| Empresários (em milhões)                   | 4,2                 | 4,0                 | 4,1                 |
| Emprego no serviço público (em milhões)    | 11,4                | 44,3                | 11,2                |
| Trabalhador familiar auxiliar (em milhões) | 2,2                 | 2,0                 | 2,1                 |

### Desocupação

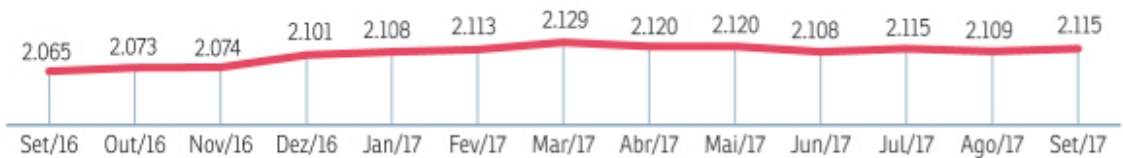
Apesar da dificuldade de empregos formais, a desocupação diminuiu



### Renda

Segundo especialistas, a tendência é cair nos próximos meses.

#### Rendimento real médio(em R\$)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE

**TRABALHO »****Governo tem pressa para aprovar ajuste**

»ALESSANDRAAZEVEDO

O governo pretende votar nas próximas semanas as medidas de ajuste fiscal anunciadas na segunda-feira e publicadas ontem no Diário Oficial da União (DOU), que incluem aumento da contribuição previdenciária (de 11% para 14%) de funcionários públicos federais que ganham mais que R\$ 5,5 mil, congelamento de salários de algumas categorias e postergação, para 2019, de aumentos prometidos para o ano que vem.

Apesar dos apelos dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), para que as propostas fossem encaminhadas por projeto de lei, venceu a ala econômica do governo, que defendia a edição de medidas provisórias, por ser um instrumento que gera efeitos — e ganhos econômicos — imediatos. AMP tem duração de 120 dias, prazo máximo

para que o Congresso Nacional aceite ou não as propostas para aliviar o Orçamento de 2018 em R\$ 12,6 bilhões.

O consultor político Thiago Vidal, da Prospectiva Consultoria, lembrou que a atividade legislativa só tem mais 40 dias pela frente este ano, o que explica, em parte, a opção do governo pelo instrumento de tramitação mais rápida. “Além disso, fica garantido um ajuste, mesmo que seja mínimo, durante esse período de vigência”, avaliou.

Os parlamentares, entretanto, devem alterar pontos impopulares da MP. O dispositivo que prevê o congelamento do salário dos servidores, medida que garantirá R\$ 5 bilhões ao Orçamento, corre o risco de ser cortado. A alteração do Imposto de Renda sobre fundos exclusivos de investimento, com a qual o governo quer gerar R\$ 6 bilhões, também deve render discussão.

## TRABALHO »

### Mínimo segue a lei

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi ao Senado Federal defender a política econômica adotada pelo Executivo e foi criticado por parlamentares da oposição sobre a diminuição da perspectiva para o salário mínimo. A nova proposta do Orçamento, que foi enviada ao Congresso Nacional, reduz a projeção de R\$ 969 para R\$ 965, em função do recuo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que caiu de 3,5% para 3,1% na expectativa da equipe econômica para 2017. Segundo o chefe da pasta, o ajuste é calculado por lei, que está sendo seguida “rigorosamente”.

Durante a apresentação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, Meirelles afirmou que a “recuperação forte da atividade econômica” vem dando resultados positivos no emprego. “Vemos a massa salarial real subindo gradualmente como resultado de medidas de ajuste”, declarou. Ele apontou, também, que o custo da cesta básica diminuiu sistematicamente desde 2016.

O ministro disse ainda que “nenhuma política” está sendo feita em cima de programas sociais. “Muito pelo contrário, o ajuste se dá,

principalmente, para criar empregos. No último ano, foram criados mais de 1 milhão”, citou.

Os parlamentares criticaram, porém, as medidas econômicas. “O senhor não anda pelas ruas do país”, afirmou o senador Lindberg Farias (PT-RJ), destacando que tem aumentado o número de famílias que não têm onde morar. “Você esqueceu o principal tema deste debate. Vocês (presidente Michel Temer e Meirelles) deveriam ser obrigados a andar pelas ruas do país para ver o que está acontecendo”, apontou Lindberg, destacando a redução de recursos para o Bolsa Família.

Meirelles refutou as declarações e disse que as políticas econômicas e monetárias têm resultado na redução da inflação e dos juros, além da retomada do emprego. “Bolsa família é fundamental, apenas se estão prevenindo fraudes. Não se pode confundir fraudes com políticas sociais. A partir disso, a política mais duradoura é a criação de emprego. Mas a política social perde a eficácia com a perda de empregos. Estamos trabalhando exatamente para melhorar e resolver esse problema”, declarou. (HF)

**JETONS JÁ RENDERAM  
R\$16,4 MILHÕES A  
AUTORIDADES**

Servidores do alto escalão e outros privilegiados já receberam este ano R\$16,4 milhões na forma de honorários (jetons) pela participação em conselhos de administração de estatais, fundações, bancos públicos. A farra é ainda maior porque jetons não contam para o teto constitucional. O ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) também tem seu jeton de R\$18 mil mensais pagos pelo Senac. Embolsa R\$41 mil líquidos.

**MAIOR DE TODOS**

O conselho do BNDES, banco investigado em CPI no Congresso, paga mais de R\$40 mil de jeton para seus integrantes.

**MUITO PARA POUCOS**

O governo federal possui mais de 635 mil servidores, mas os R\$16,4 milhões pagos em jetons foram distribuídos a cerca de 400.

**CONSELHEIRO EM CANA**

Preso na Lava Jato, o ex-presidente do BB e Petrobras nos governos do PT Aldemir Bendine ganhava jetons da petroleira e do BNDES.

## A ciência não espera o Brasil

MARCOS CINTRA

Investir em ciência, tecnologia e inovação é fundamental para o desenvolvimento econômico. Não há dúvidas que, em meio à crise, o ajuste fiscal é necessário: porém, conforme fica claro no editorial "Ciência à míngua", publicado em 14 de agosto nesta Folha, é essencial que ambos caminhem juntos. Do contrário, o resultado será a estagnação de setores estratégicos, fundamentais para a economia.

É preciso rever a ideia de cortes lineares, prejudicando diretamente tais segmentos. Estudos recentes mostram que o retorno social dos gastos em áreas como ciência e tecnologia supera o de todas as outras.

Assim como saúde e educação, pesquisa e desenvolvimento são cruciais para o futuro do país. A necessidade de reduzir despesas é inegável, assim como a importância de se fazer escolhas entre as áreas a serem afetadas.

O orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ao qual a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) é vinculada, é o menor desde o início do século.

Descontada a inflação, o valor autorizado para 2017, de R\$ 3,2 bilhões, corresponde a apenas 37% do disponibilizado em 2010. Inserido no orçamento do MCTIC está o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tem a Finep como secretaria-executiva e é historicamente a principal fonte de recursos para financiamento de pesquisas tecnológicas no Brasil.

O orçamento do Fundo, que já chegou a R\$ 4 bilhões em anos anteriores, foi reduzido a R\$ 1,2 bilhão este ano —sendo que o limite de execução autorizado é de metade deste total (cerca de R\$ 630 milhões).

Uma das alternativas para retomarmos as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é a transformação do FNDCT — hoje fundo contábil— em fundo financeiro, de modo que seus valores, quando contingenciados, sejam capitalizados para usos futuros em ciência e tecnologia. Hoje eles são apropriados pelo Tesouro Nacional e utilizados para o pagamento da dívida pública e para o superávit fiscal.

Se essa medida tivesse sido implantada há 15 anos, com todos os contingenciamentos ocorridos nesse período, o FNDCT teria hoje um saldo acumulado de R\$ 45 bilhões.

A Finep propôs uma mudança na lei que regula o Fundo, na tentativa de amenizar os graves impactos da crise sobre os investimentos públicos em pesquisa.

Atualmente, a Finep tem recursos para pagar os projetos de inovação já assinados no passado, mas não consegue investir em novos.

Como parte desse esforço, o MCTIC enviou recentemente à Casa Civil uma proposta que, se aprovada, faria o FNDCT começar 2018 já com R\$ 9 bilhões em patrimônio e, até 2030, acumular R\$ 50 bilhões, tornando-se, assim, uma fonte de investimentos em pesquisa totalmente autossustentável.

Com recursos do FNDCT, foi possível apoiar projetos estruturantes para o país, como o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)—no qual a Finep já investiu R\$ 148 milhões—, que dará ao Brasil autonomia em radiofármacos; o





Projeto Sirius de Luz Síncroton, que recebeu R\$ 314 milhões da Finep e permitirá pesquisas de alto nível em temas como agronegócio, saúde, energias alternativas e novos materiais; e a infraestrutura de teste de propulsores de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que contou com um aporte de R\$ 6,3 milhões da Finep.

O tempo é precioso quando se fala de ciência e tecnologia. O investimento constante é necessário para que não nos afastemos da fronteira do conhecimento, independente do momento atual. Parar agora é ficar para trás. E o futuro não irá esperar pelo Brasil.

MARCOS CINTRA é doutor em economia pela Universidade Harvard (EUA) e professor titular da Fundação Getulio Vargas. É presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)